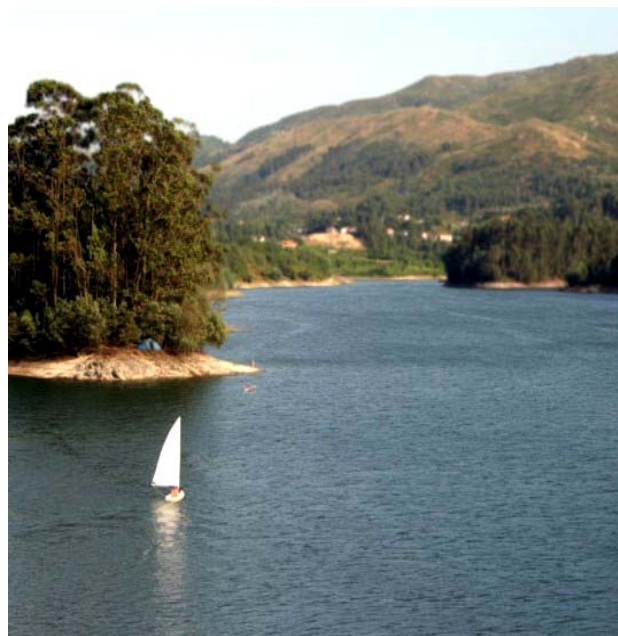


www.dhv.pt

Plano de Ordenamento da Albufeira do ERMAL



Relatório Fase 3

Outubro | 2010
E17109

Relatório de Ponderação da Discussão Pública

DHV, S.A.
Estrada de Alfragide, nº 92
Alfragide
2610 - 015 Amadora - PORTUGAL
T +351 214 127 400
F +351 214 127 490
E info-pt@dhv.com

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. PARTICIPAÇÕES	4
2.1. CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES	4
2.2. SÍNTESE DAS PARTICIPAÇÕES	4
3. APRESENTAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO POAE DECORRENTES DA DISCUSSÃO PÚBLICA	9

INFORMAÇÃO SOBRE O DOCUMENTO E AUTORES

Cliente	Instituto da Água I.P.
Referência do Projecto	E17109
Descrição do Documento	Relatório de Ponderação da Discussão Pública
Versão	
Referência do Ficheiro	Relatorio_DPublica_E17109_F4_POA_DP_001_a.doc
N.º de Páginas	10
Autores	Equipa do Plano
Outras Contribuições	
Director de Projecto	Romana Rocha
Data	18 de Outubro de 2010

1. INTRODUÇÃO

Na sequência da elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal (POAE), o Instituto da Água (INAG, IP), em cumprimento do artigo 48.º, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 49/2009, de 20 de Fevereiro, procedeu à abertura do período de Discussão Pública, através do Aviso n.º 13016/2010, publicado no Diário da República n.º 125 Série II, de 30 de Junho de 2010.

O POAE foi submetido a Discussão Pública entre 12 de Julho e 20 de Agosto de 2010, tendo a Proposta de Plano ficado patente para Consulta Pública no *site* do Instituto da Água, IP (www.inag.pt) e nos seguintes locais:

- Instituto da Água;
- Administração da Região Hidrográfica do Norte;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;
- Câmara Municipal de Vieira do Minho;
- Junta de Freguesia de Anissó;
- Junta de Freguesia de Guilhofrei;
- Junta de Freguesia de Mosteiro;
- Junta de Freguesia de Rossas;
- Junta de Freguesia de Vieira do Minho.

Para apresentação do POAE foi realizada uma sessão pública de esclarecimento no auditório Municipal de Vieira do Minho, no dia 13 de Julho de 2010.

No âmbito da Discussão Pública, foram recebidas de 29 participações (que correspondem a 49 assinaturas), cuja apreciação global é apresentada no presente relatório, organizado da seguinte forma:

- No capítulo 1 é feita a presente introdução;
- No capítulo 2 é apresentada uma apreciação individual das participações;
- No capítulo 4 são apresentadas as alterações ao plano resultantes da discussão pública.

Em Anexo, apresenta-se a tabela com a listagem de participações.

2. PARTICIPAÇÕES

2.1. CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

Foram recebidas 29 participações. Tendo em conta que algumas participações apresentam várias assinaturas o número total de participações ascende a 49. No entanto, e uma vez que 25 participações são idênticas, pode dizer-se que foram recebidas 5 participações distintas.

De entre as participações, apresentadas em anexo, uma corresponde a uma associação e as restantes correspondem a particulares.

Verificou-se que a principal questão colocada se prende com o facto de a Planta de Síntese do POAE, patente em discussão pública, classificar como interdito o troço do plano de água localizado na margem do lugar de rio Longo.

Além desta situação são ainda apresentadas sugestões que propõem:

- A criação de novas áreas de recreio e lazer;
- A possibilidade de navegação de pequenas embarcações a motos na faixa central do plano de água;
- A permissão a circulação de embarcações com motor eléctrico;
- A inclusão uma cláusula no POAE no sentido de não serem construídas mais ETAR na área do POAE;
- A inclusão de um conjunto de questões associadas à actividade florestal e agrícola, às acessibilidades e infra-estruturas e à entidade exploradora da barragem.

No capítulo seguinte é apresentada a síntese da participação onde são resumidas as propostas de alteração bem como os comentários às várias questões colocadas que consubstanciam a proposta de resposta às participações.

2.2. SÍNTESE DAS PARTICIPAÇÕES

Participação n.º 1 – José Manuel Machado Oliveira

Apresenta três propostas de alteração ao POAE:

1. Que seja permitida a circulação de embarcações com motor eléctrico;
2. Que seja implantada uma praia fluvial na proximidade da ilha do Corretouro;
3. Que seja incluída uma cláusula no POAE no sentido de não serem construídas mais ETAR na área do POAE.

Resposta:

No que concerne às propostas apresentadas cumpre referir o seguinte:

1. A interdição da embarcações com motor eléctrico no POAE resulta do facto de se reconhecer a navegação a motor como causadora de impactes negativos significativos (essencialmente poluição sonora e atmosférica), que não se coadunam com o modelo de desenvolvimento turístico preconizado para a área, o qual se pretende sustentável e integrado com as características naturais da mesma, ou seja pretende-se manter a situação actual que se caracteriza pela existência de uma área com característica paisagísticas e ambientais de excepção em que a quietude e a tranquilidade são pontos chave.
2. A implantação de uma zona de recreio e lazer (ZRL) na área da albufeira deve atender a um conjunto de critérios que se prendem, entre outros, com a existência de infraestruturas e de acessos bem como com a garantia de segurança a banhistas. Acresce ainda que a autorização para a prática balnear está sujeita à identificação das águas como balneares nos termos da legislação aplicável. Face ao exposto, considerou-se que a proposta de uma ZRL na área em causa não cumpria os requisitos para a classificação como zona de recreio e lazer.
3. No que concerne à proposta de inclusão no POAE de uma cláusula interditando a construção de novas ETAR, tal proposta está fora do âmbito do POAE. No entanto, deve ser destacado o facto de ser interdita a descarga de efluentes na albufeira e linhas de água afluentes na área do POAE.

Participação n.º 2 – Diniz dos Santos Frias - Presidente da AVE

Apresenta um conjunto de propostas que de seguida se sintetizam:

1. Questiona a existência de uma zona interdita na margem de Rio Longo.
2. Propõe a criação de novas zonas de recreio e lazer.
3. Propõe que pequenas embarcações possam navegar na faixa central do plano de água, (até dez licenças) que possam ser acoplados motores eléctricos nas embarcações de vela ligeira e que seja permitida a modalidade de “slide”.
4. São tecidos comentários associados à actividade florestal e agrícola, às acessibilidades e infra-estruturas e à Entidade Exploradora da Barragem.
5. São identificadas incongruências e imprecisões.

Resposta:

1. Constatou-se que a interdição do plano de água na margem de rio Longo estava sobreavaliada pelo foi redimensionada. Foram igualmente avaliados os restantes troços das linhas de água afluentes identificando as situações em que os “troços imediatamente a montante” não estavam classificados como interditos.
2. A criação de zonas de recreio e lazer na área da albufeira deve atender a um conjunto de critérios que se prendem, entre outros, com a existência de infraestruturas e de acessos bem como com a garantia de segurança a banhistas. Acresce ainda que a autorização para a prática balnear está sujeita à identificação das águas como balneares nos termos das legislação aplicável.

Face ao exposto, e analisadas as propostas apresentadas considerou-se ser de prever uma nova zona de recreio e lazer que foi designada por Zona de Recreio e Lazer da Ilha Pequena.

3. A interdição das embarcações ainda que com motor eléctrico no POAE resulta do facto de se reconhecer a navegação a motor como causadora de impactes negativos significativos (essencialmente poluição sonora e atmosférica), que não se coadunam com o modelo de desenvolvimento turístico preconizado para a área, o qual se pretende sustentável e integrado com as características naturais da área, ou seja pretende-se manter a situação actual que se caracteriza pela existência de uma área com características paisagísticas e ambientais de excepção em que a quietude e a tranquilidade são pontos chave. Acresce o facto de não existir disposição legal que permita limitar a capacidade de utilização da albufeira a dez embarcações.

No que concerne à prática da modalidade de “slide”, considera-se que a mesma poderá ser praticada na medida em que de acordo com número 2. do artigo 25.º (zona reservada) podem ser montadas infra-estruturas se sujeitas a parecer da ARH do Norte I.P.

4. Relativamente às questões apontadas para a Zona Terrestre de Protecção deve ser mencionado o seguinte:

Actividade Florestal - No que se refere às medidas de combate a incêndio as mesmas são definidas em sede própria designadamente no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI). Ou seja, o POAE assume e adopta aquelas medidas razão pela qual foi inserida a perigosidade de incêndio florestal em anexo à planta de condicionantes, aplicando-se em toda a área as disposições nacionais e municipais relativas a esta matéria.

No que concerne às espécies florestais deve ser mencionado que o POAE, enquanto plano especial de ordenamento do território, deve integrar as medidas acções bem como as orientações estratégicas florestais constantes do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho (PROF BM) fundamentalmente no que se refere à ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais. Desta forma, foi efectuada a compatibilização das orientações do PROF BM com o Regulamento do POAE.

No que se refere à proposta de confinar as espécies consideradas como “praga” pelos proprietários, deve ser mencionado que o Programa de Execução prevê um conjunto de acções com incidência na galeria ripícola que contribuirão para a requalificação desta zona do POAE. Deve ainda ser mencionado que o POAE interdita a inclusão de espécies invasoras nos termos previstas na legislação em vigor.

Actividade agrícola - Relativamente à actividade agrícola e à proposta de que o POAE deveria estabelecer alternativas para as zonas agrícolas, deve ser lembrado que o POAE, enquanto plano especial de ordenamento do território, visa o estabelecimento de regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e o regime de gestão compatível com a utilização sustentável do território, não estando no seu âmbito o estabelecimento das medidas mencionadas pelo autor da sugestão.

Saneamento básico – Esta questão assume especial importância, razão pela qual o artigo 27.º apenas dispõe sobre esta matéria. Todavia a criação de sistemas de drenagem e saneamento são acções que têm a sua implementação consignada noutras sedes. O POAE, neste âmbito apenas prevê, no Programa de Execução, acções de monitorização da qualidade da água.

Estradas, caminhos e trilhos – A proposta de pavimentar com empedrado todos os caminhos e trilhos não se enquadra no âmbito do POAE. Todavia, no artigo 28.º são estabelecidas as regras relativas à abertura de novas vias bem como à remodelação das existentes que apontam para a utilização de pavimento permeável. Acresce que no âmbito do Programa de Execução são apresentadas acções com vista à criação de trilhos pedestres bem como de sinalética adequada.

Entidade exploradora da barragem – As sugestões apresentadas com vista a condicionar a gestão do plano de água pela EDP saem fora do âmbito do POAE. A EDP possui um contrato de concessão que estabelece os termos em que deverá ser efectuada a exploração. Saliente-se ainda que um dos objectivos POAE se prende com conciliar as actividades principais e as secundárias e que o uso principal da albufeira consiste na produção de energia eléctrica.

Diversos – No que se refere às interdições na faixa dos 100 metros as mesmas decorrem da legislação em vigor.

5. Incongruências e imprecisões – Foram efectuadas as correcções relativas à classificação da albufeira (incongruência entre o Relatório Ambiental e o Relatório do Plano). Relativamente ao parecer da CCDR relativo ao rigor das plantas, refere-se que foi esclarecida a questão da cota do nível de pleno armazenamento através de um levantamento efectuado com a colaboração da câmara municipal e do INAG. Por fim, não existe inconsistência entre a planta da situação actual e a planta de síntese na medida em que a planta de síntese apresenta o limite dos perímetros urbanos constantes no PDM em vigor e a planta da situação actual representa a ocupação do solo.

Participação n.º 3 – Helena Dinis

Transmite a sua indignação pelo facto de o plano de água na margem ao longo de Rio Longo estar classificado como interdito.

Resposta:

1. Constatou-se que a interdição no plano de água na margem de rio Longo estava sobreavaliada pelo foi redimensionada tendo igualmente sido avaliados os restantes troços das linhas de água afluentes.

Participação n.º 4 – Maria de Fátima Rebelo Pinheiro

Transmite a sua indignação pelo facto de o plano de água na margem ao longo de Rio Longo estar classificado como interdito.

Resposta:

1. Constatou-se que a interdição no plano de água na margem de rio Longo estava sobreavaliada pelo foi redimensionada tendo igualmente sido avaliados os restantes troços das linhas de água afluentes.

Participações n.º 5 a 25 que totalizam 43 assinaturas e que se referem aos Moradores do Lugar de Rio Longo

São apresentadas várias participações de idêntico teor onde é manifestada a discordância à interdição do plano de água na quase totalidade da frente do Lugar de Rio Longo Nascente.

Resposta:

1. Constatou-se que a interdição no plano de água na margem de rio Longo estava sobreavaliada pelo foi redimensionada tendo igualmente sido avaliados os restantes troços das linhas de água afluentes.

3. APRESENTAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO POAE DECORRENTES DA DISCUSSÃO PÚBLICA

De seguida, procede-se à identificação das alterações decorrentes da ponderação da discussão pública, em cada um dos elementos que compõem o POAE.

- Planta de Síntese
 - Alterada a área do plano de água classificada como interdita em frente ao lugar de Rio longo nascente.
 - Analisados os troços de imediatamente a jusante de alguns cursos de água afluentes que não estavam classificados como interditos.
 - Criada uma nova zona de recreio e lazer na zona da ilha pequena.
 - Efectuada a correcção gráfica do limite do perímetro urbano de Gandra.
- Relatório ambiental
 - Substituída a referência ao Decreto-Lei n.º 2/88, de 20 de Janeiro pela Portaria n.º 522/2009, de 15 de Maio.
- Regulamento
 - Acrescentada a Zona de Recreio e lazer da ilha pequena.

ANEXO – LISTA DE PARTICIPAÇÕES

n.º	Nome	Morada	
1	José Manuel Machado Oliveira		<p>Apresenta três propostas de alteração ao POAE:</p> <p>1. Que seja permitida a circulação de embarcações com motor eléctrico;</p> <p>2. Que seja implantada uma praia fluvial na proximidade da ilha do Corretouro;</p> <p>3. Que seja incluída uma cláusula no POAE no sentido de não serem construídas mais ETAR na área do POAE.</p>
2	Dr Diniz dos Santos Frias - Presidente da AVE	Caixa Postal n.º 621 - Rio Longo Nascente 4850 - 242 Mosteiro Vieira do Minho	<p>1. Questiona a existência de uma zona interdita na margem de Rio Longo.</p> <p>2. Propõe a criação de novas zonas de recreio e lazer.</p> <p>3. Propõe que pequenas embarcações possam navegar na faixa central do plano de água, (até dez licenças), que possam ser acoplados motores eléctricos nas embarcações de vela ligeira e que seja permitida a modalidade de "slide".</p> <p>4. São tecidos comentários associados à actividade florestal e agrícola, às acessibilidades e infra-estruturas e à Entidade Exploradora da Barragem.</p> <p>5. São identificadas incongruências e imprecisões</p>
3	Helena Frias	helen_frias@sapo.pt	Discorda com o facto de o troço da albufeira na margem de Rio Longo estar classificado como interdito.
4	Maria de Fátima Rebelo Pinheiro	Rua Clube de Caçadores, n.º 211 - 2.º eq 4430 - 057 Vila Nova de Gaia	Discorda com o facto de o troço da albufeira na margem de Rio Longo estar classificado como interdito.
5	43 Moradores do Lugar de Rio Longo Nascente	Rio Longo - Caixa Postal n.º 621 4850 - 527 Vieira do Minho	Discordam com o facto de o troço da albufeira na margem de Rio Longo estar classificado como interdito.